

<p style="text-align: center;">TÍTULO I ESTATUTO DO TRIBUNAL</p> <p style="text-align: center;">Capítulo I Disposições gerais</p> <p>Artigo 1º (1º Preambular PPL 84) Tribunal Arbitral do Desporto</p> <p style="text-align: center;">Artigo 2º Sede e âmbito territorial de jurisdição</p> <p style="text-align: center;">Artigo 3º (1.º PPL 84) Independência e autonomia</p> <p style="text-align: center;">Artigo 4º (9.º PPL 84) Organização e composição</p> <p style="text-align: center;">Artigo 5º (28.º PPL 84) Serviço de mediação</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II Jurisdição e competência</p> <p style="text-align: center;">Artigo 6º Jurisdição arbitral necessária</p> <p style="text-align: center;">Artigo 7º Jurisdição arbitral necessária em matéria de dopagem</p> <p style="text-align: center;">Artigo 8º (3.º PPL 84) Âmbito da jurisdição</p> <p style="text-align: center;">Artigo 9º</p>	<p>Artigo 1.º Objeto</p> <p>Artigo 2.º Aprovação da lei do Tribunal Arbitral do Desporto</p> <p>Artigo 3.º Norma transitória</p> <p>Artigo 4.º Norma revogatória</p> <p>Artigo 5.º Entrada em vigor</p> <p style="text-align: center;">Anexo (a que se refere o artigo 2.º) Lei do Tribunal Arbitral do Desporto</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO I Natureza, competência, organização e serviços</p> <p style="text-align: center;">Capítulo I Natureza e competência</p> <p style="text-align: center;">Artigo 1.º Natureza e regime</p> <p style="text-align: center;">Artigo 2.º Jurisdição e sede</p> <p style="text-align: center;">Artigo 3.º Âmbito da jurisdição (8.º PJL 236)</p> <p style="text-align: center;">Artigo 4.º Arbitragem necessária</p> <p style="text-align: center;">Artigo 5.º Arbitragem necessária em matéria de dopagem</p> <p style="text-align: center;">Artigo 6.º</p>
--	--

<p>Jurisdição arbitral voluntária Artigo 10.º</p> <p>Jurisdição arbitral voluntária em matéria laboral Artigo 11.º</p> <p>Natureza definitiva da jurisdição arbitral</p> <p style="text-align: center;">Capítulo III Organização e composição</p> <p style="text-align: center;">Artigo 12.º Conselho de Arbitragem Desportiva Artigo 13.º Competência do Conselho de Arbitragem Desportiva Artigo 14.º Reuniões e deliberações</p> <p style="text-align: center;">Artigo 15.º (19.º P PL 84) Árbitros Artigo 16.º Estabelecimento da lista de árbitros Artigo 17.º Período de exercício Artigo 18.º (20.º P PL 84) Declaração de aceitação Artigo 19.º Incompatibilidade com o exercício da advocacia</p> <p style="text-align: center;">Artigo 20.º Presidência do Tribunal Artigo 21.º Competência do Presidente Artigo 22.º Conselho Directivo Artigo 23.º Competência do Conselho Directivo Artigo 24.º Reuniões e deliberações Artigo 25.º</p>	<p>Arbitragem voluntária Artigo 7.º</p> <p>Arbitragem voluntária em matéria laboral Artigo 8.º</p> <p>Natureza definitiva das decisões arbitrais</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II Organização</p> <p style="text-align: center;">Secção I Composição e organização interna</p> <p style="text-align: center;">Artigo 9.º Composição (4.º P JL 236)</p> <p style="text-align: center;">Artigo 10.º Conselho de Arbitragem Desportiva Artigo 11.º Competência do Conselho de Arbitragem Desportiva Artigo 12.º Reuniões e deliberações</p> <p style="text-align: center;">Artigo 13.º Presidência do Tribunal Artigo 14.º Competência do Presidente do TAD Artigo 15.º Conselho Directivo Artigo 16.º Competência do Conselho Directivo Artigo 17.º Reuniões e deliberações Artigo 18.º</p>
--	--

PJL 236 PS	PPL 84 GOV
<p style="text-align: center;">Secretariado</p> <p style="text-align: center;">Capítulo IV Funcionamento</p> <p style="text-align: center;">Artigo 26.º Arbitragem necessária Artigo 27.º Recorribilidade na arbitragem necessária</p> <p style="text-align: center;">Artigo 28.º Arbitragem voluntária Artigo 29.º Aceitação do encargo arbitral Artigo 30.º Impedimentos e suspeições (21.º PPL 84) Artigo 31.º Substituição de árbitro (24.º PPL 84)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO II DO PROCESSO ARBITRAL</p> <p style="text-align: center;">Capítulo I Disposições Gerais</p> <p style="text-align: center;">Secção I Tramitação Processual</p> <p style="text-align: center;">Artigo 32.º Princípios fundamentais</p>	<p style="text-align: center;">Secretariado</p> <p style="text-align: center;">Secção II Estatuto dos árbitros</p> <p style="text-align: center;">Artigo 19.º (15.º PJL 236) Requisitos dos árbitros Artigo 20.º (18.º PJL 236) Aceitação do encargo Artigo 21.º (30.º PJL 236) Fundamentos de recusa Artigo 22.º Processo de recusa Artigo 23.º Incapacitação ou inação de um árbitro Artigo 24.º (31.º PJL 236) Nomeação de um árbitro substituto Artigo 25.º Designação dos árbitros no âmbito da arbitragem necessária</p> <p style="text-align: center;">Artigo 26.º Designação dos árbitros no âmbito da arbitragem voluntária Artigo 27.º Designação dos árbitros no âmbito da câmara de recurso</p> <p style="text-align: center;">Capítulo III Serviços</p> <p style="text-align: center;">Artigo 28.º Serviço de mediação (5.º PJL 236) Artigo 29.º Serviço de consulta</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO II Processo arbitral</p> <p style="text-align: center;">Capítulo I Disposições comuns</p> <p style="text-align: center;">Artigo 30.º Princípios fundamentais</p> <p style="text-align: center;">Artigo 31.º</p>

<p>Artigo 33.º Idioma a usar no processo arbitral</p> <p>Artigo 34.º Representação das partes</p> <p>Artigo 35.º Citações e notificações</p> <p>Artigo 36.º Contagem de prazos</p> <p>Artigo 37.º Redução dos prazos do processo</p> <p>Artigo 38.º Procedimento cautelar</p> <p>Artigo 39.º Forma de apresentação das peças processuais e dos documentos</p> <p>Artigo 40.º Meios de prova</p> <p>Secção II Decisão Arbitral</p> <p>Artigo 41.º Deliberação do colégio arbitral</p> <p>Artigo 42.º Responsabilidade dos árbitros</p> <p>Artigo 43.º Decisão arbitral</p> <p>Artigo 44.º Interpretação e correcção da decisão</p> <p>Artigo 45.º Impugnação da decisão arbitral</p> <p>Artigo 46.º Caso julgado e força executiva</p> <p>Artigo 47.º Depósito da decisão e arquivo</p> <p>Capítulo II Processo de jurisdição arbitral necessária</p> <p>Artigo 48.º Legitimidade</p> <p>Artigo 49.º Efeito da acção</p>	<p>Idioma a usar no processo arbitral</p> <p>Artigo 32.º Da constituição do Tribunal</p> <p>Artigo 33.º Representação das partes</p> <p>Artigo 34.º Citações e notificações</p> <p>Artigo 35.º Contagem de prazos</p> <p>Artigo 36.º Redução dos prazos do processo</p> <p>Artigo 37.º Procedimento cautelar</p> <p>Artigo 38.º Forma de apresentação das peças processuais e dos documentos</p> <p>Artigo 39.º Meios de prova</p> <p>Artigo 40.º Deliberação do colégio arbitral</p> <p>Artigo 41.º Responsabilidade dos árbitros</p> <p>Artigo 42.º Decisão arbitral</p> <p>Artigo 43.º Interpretação e correcção da decisão</p> <p>Artigo 44.º Impugnação da decisão arbitral</p> <p>Artigo 45.º Caso julgado e força executiva</p> <p>Artigo 46.º Depósito da decisão, arquivo e publicitação</p> <p>Artigo 47.º Comunicação da decisão</p> <p>Capítulo II Processo de arbitragem necessária</p> <p>Artigo 48.º Legitimidade</p> <p>Artigo 49.º Efeito da acção</p> <p>Artigo 50.º</p>
---	--

<p>Artigo 50.º Início do processo Artigo 51.º Contestação Artigo 52.º Formalidades subsequentes Artigo 53.º Da constituição do Tribunal</p> <p>Artigo 54.º Prazos para a decisão e sua notificação Artigo 55.º Processo arbitral em 2ª instância</p> <p>Capítulo III Processo de jurisdição arbitral voluntária Artigo 56.º Regulamento processual</p> <p>Capítulo IV Disposições diversas Artigo 57.º Garantia de custas e encargos Artigo 58.º Normas subsidiárias</p> <p>TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS Artigo 59.º Norma revogatória Artigo 60.º Entrada em vigor</p>	<p>Início do processo Artigo 51.º Contestação Artigo 52.º Formalidades subsequentes Artigo 53.º Instrução, alegações, junção de pareceres e encerramento do debate Artigo 54.º Prazos para a decisão e sua notificação Artigo 55.º Recurso da decisão do Tribunal</p> <p>Capítulo III Processo de arbitragem voluntária Artigo 56.º Regulamento processual</p> <p>Capítulo IV Disposições finais Artigo 57.º Normas subsidiárias</p> <p>TÍTULO III Processo de mediação Artigo 58.º Natureza da mediação Artigo 59.º Convenção de mediação Artigo 60.º Âmbito de aplicação Artigo 61.º Regras Artigo 62.º Requerimento Artigo 63.º Nomeação de mediador Artigo 64.º Representação Artigo 65.º</p>
--	---

	<p>Processo Artigo 66.º Ação do mediador Artigo 67.º Confidencialidade Artigo 68.º Extinção Artigo 69.º Termo de transação Artigo 70.º Fim da mediação</p> <p>TÍTULO IV Das custas processuais no âmbito da arbitragem necessária Artigo 71.º Conceito de custas Artigo 72.º Taxa de arbitragem Artigo 73.º Devolução da taxa de arbitragem Artigo 74.º Taxa de justiça de atos avulsos Artigo 75.º Aplicação subsidiária</p>
--	---